

Credores mantêm sua estratégia para cobrança de dívidas

A.M. PIMENTA NEVES
Nosso correspondente

WASHINGTON — Os países em desenvolvimento extraíram algumas vantagens das reuniões, terminadas sexta-feira à noite, dos órgãos consultivos do Fundo Monetário Internacional e do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, mais conhecido como Banco Mundial. Entretanto, depois de uma semana de debates, a comunidade financeira internacional não mudou as linhas fundamentais de sua estratégia para lidar com a questão da dívida externa desses países.

Essa estratégia, reafirmada nos encontros fechados, continua rejeitando o equacionamento principalmente político dessas questões. Os contratos entre credores e devedores ainda têm de ser honrados, como insistiu Jacques de Larosière, o diretor-gerente do FMI, segundo fontes alemãs. Não houve sequer apoio para a constituição de um novo grupo de trabalho que se encarregaria de procurar meios de aliviar a carga da dívida dos pobres, como estes desejavam.

Mas, como se noticiou, o comitê interino acabou preconizando a adoção de reescalonamentos plurianuais do principal que é devido pelos países em desenvolvimento aos governos dos industrializados, nos moldes do que os bancos privados internacionais já haviam concedido ao México e à Venezuela e estão dispostos a conceder ao Brasil. Advogou também que o FMI exerça sua vigilância tanto sobre os ricos como sobre os pobres, embora isso seja mais fácil dizer do que fazer.

O FMI e o Bird possuem cerca de 150 membros. Os países pobres constituem a maioria numérica, mas não têm os votos para determinar suas políticas. Os votos pertencem aos ricos. Os americanos têm poder de voto em todas as questões fundamentais.

HORA EXTRA

Porém, na sexta-feira os países em desenvolvimento fizeram os ministros das nações industrializadas, que pertencem ao comitê de desenvolvimento, trabalhar algumas horas extras não remuneradas. Tudo começou quando os americanos insistiram para que o comunicado do comitê preconizasse a urgente convocação de uma nova e ampla rodada de negociações comerciais. Washington tenta, há três ou quatro anos, organizar, através do Gatt (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), o comércio de serviços, produtos agrícolas, alta tecnologia etc.

A reunião poderia ter terminado por volta do meio-dia, mas só acabou à noite. A certa altura, os ministros tiveram de formar um subgrupo informal só para redigir o artigo sobre as negociações comerciais. Afinal, o texto acabou dizendo que algumas nações resolveram realizar a nova rodada sob o Gatt, mas deixa claro que não será geral e que os países em

desenvolvimento não participarão dela enquanto não se resolverem os problemas comerciais pendentes desde a rodada de Tóquio, encerrada em 1979, e a reunião ministerial do Gatt, de 1982.

Segundo o embaixador Guilherme Velloso, chefe da assessoria externa do Ministério do Planejamento do Brasil, a posição dos países em desenvolvimento foi defendida com maior desenvoltura pelo ministro das Finanças da Índia, Vishwanath Pratap Singh. O Brasil só é membro titular do comitê interino. No comitê de desenvolvimento é representado pelo Equador. Mas os países pobres tinham um ponto em comum: não participariam da nova rodada desejada pelos Estados Unidos, enquanto os países industrializados não demolissem as barreiras tarifárias e nontarifárias erigidas contra suas exportações de produtos como calçados, tecidos, alimentos etc.

Na campanha pelo acesso aos mercados, os países em desenvolvimento contam com a solidariedade dos técnicos do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, embora na sexta-feira muitos deles estivessem mais interessados em ir para casa cedo. Foi o primeiro dia realmente quente da primavera e alguns estavam visivelmente irritados com a demora provocada pela tenacidade dos pobres.

O comunicado observa que o crescimento dos países em desenvolvimento está diretamente ligado à expansão do comércio mundial e lamenta que a recuperação da economia mundial não tenha resultado num afrouxamento das pressões protecionistas.

LÍNGUAGEM VAGA

Quanto à idéia de se criar uma agência multilateral de garantia de investimentos, mais uma vez ficou sepultada sob a linguagem vaga e inexpressiva preferida por alguns países em desenvolvimento, como o Brasil, um de seus maiores opositores. A Miga, como é conhecida pelas iniciais do nome em inglês, foi proposta nos moldes atuais pelo presidente do Banco Mundial, A. W. Clausen. O comunicado admitiu que os investimentos diretos e de carteira "podem ser uma contribuição útil" e que podem ser atraídos por atmosferas políticas melhores. Nesse sentido, o comunicado apenas "registra" a existência da proposta para a criação da Miga. O banco foi encorajado a prosseguir suas consultas com os membros sobre o assunto.

Na questão do aumento do capital do banco, os países em desenvolvimento foram mais uma vez derrotados. Os industrializados não quiseram comprometer-se e o comunicado espelha sua posição. Diz apenas que o Bird fará projeções de empréstimos nos próximos cinco anos e examinará suas implicações em termos de recursos. Neste ano, o Banco Mundial emprestará apenas 11 bilhões de dólares, menos do que no ano passado.